

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1011224-73.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Prestação de Serviços</b>
Requerente:	<b>Zoraide Lima Machado da Silva</b>
Requerido:	<b>Roney Valdo Bertolo</b>

ZORAIDE LIMA MACHADO DA SILVA ajuizou ação contra RONEY VALDO BERTOLO, pedindo a rescisão do contrato verbal e a devolução do valor pago. Alegou, para tanto, que contratou os serviços odontológicos prestados pelo réu para a colocação de uma prótese fixa na parte superior da sua boca, obrigando-se, em contrapartida, ao pagamento da quantia de R\$ 9.800,00. O tratamento teve início com a instalação de uma ponte provisória, fato que lhe trouxe diversos transtornos, pois não conseguia mastigar e falar normalmente. Logo em seguida, por conta de um problema de saúde do réu, passou a ser atendida por outro profissional, o qual, entretanto, não conseguiu promover nenhum avanço no seu tratamento. Mesmo após o réu ter reassumido os serviços, ele não conseguiu cumprir o contrato, perdurando tal situação por mais de um ano.

O réu foi citado e contestou os pedidos, aduzindo que o tratamento seguia conforme o planejado até o momento da sua internação, quando, então, ofereceu à autora a continuação do trabalho com outro profissional, tendo ela se negado. Defendeu, ainda, que 90% do serviço já havia sido realizado quando a autora abandonou o tratamento.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

A tentativa conciliatória restou infrutífera.

Saneado o processo, deferiu-se a produção de prova documental e testemunhal.

Foram ouvidas quatro testemunhas na audiência de instrução e julgamento.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram suas alegações finais.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É o relatório.

Fundamento e decido.

É incontroverso nos autos que as partes celebraram contrato verbal de prestação de serviços odontológicos, tendo o réu se obrigado a promover a colocação de uma prótese fixa na autora, recebendo, em contrapartida, a importância de R\$ 9.800,00. Também não se discute que o réu passou por alguns problemas de saúde após referida contratação, fato que o impossibilitou de cumprir pessoalmente a obrigação assumida.

Tratando-se de típico contrato personalíssimo (ou intuitu personae), no qual a pessoa do contratante é elemento determinante para sua celebração, é evidente que a autora não poderia ser obrigada a prosseguir o tratamento com outro profissional por ele indicado. Em outras palavras, como o dentista contratado estava impossibilitado de dar andamento aos serviços já iniciados, era de direito da autora buscar outro profissional de sua confiança, pleiteando, após, a rescisão do contrato anterior, como de fato ocorreu.

Em dado momento, aceitou ela prosseguir no tratamento com o profissional indicado pelo réu, mas ainda assim não se concretizou.

O Dr. Maurício Bunemer, profissional indicado pelo réu, foi ouvido em juízo em prestou relevantes informações, tanto no sentido do prejuízo experimentado pela autora, com a paralisação do tratamento, quanto o fato de ter ocorrido nova suspensão: "O espaço de tempo decorrido, sem prosseguimento do tratamento, contribuiu para esse estado de coisas (...) A utilização de uma prótese provisória durante quatro meses, sem acompanhamento, pode comprometer a conclusão do trabalho, pois essa permanência alongada desbalanceia a própria prótese, sem desconsiderar outros problemas variados e hipotéticos, por exemplo a assepsia" (fls. 175/176).

Houve retomada do tratamento, com consultas e atendimentos (fls. 73 e 178). No entanto, antes ainda da etapa de moldagem, soube ele que o réu retornara ao consultório e foi avisado de que os pacientes voltariam aos cuidados dele. Mas houve nova internação, o que exigiria da autora reiniciar com o próprio Dr. Maurício, ficando claro que ela não aceitou a situação e resolveu procurar outro profissional, o Dr. Thiago Prudêncio.

O Dr. Thiago Prudencio confirmou em juízo que já não era mais possível a colocação de uma prótese fixa. Nesse sentido, declarou: "Identifiquei que os dentes que ela possuía e que ainda poderiam ser conservados, pela própria localização, não permitiriam a colocação de uma prótese fixa sobre eles mesmos. O indicado seria a realização de implantes" (fl. 171).

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Lembra-se que isso somente ocorreu em razão da demora na conclusão do tratamento odontológico e, conseqüentemente, do longo período de tempo que a autora permaneceu com a prótese provisória. .

Destarte, não só em razão da impossibilidade do serviço ser concluído com o profissional de confiança contratado pela autora, como também pelo fato de não ser mais possível a instalação da ponte fixa pela desídia do próprio réu no tratamento realizado, é caso de reconhecer o direito da autora de pleitear a resolução do contrato pelo inadimplemento da outra parte contratante.

O reembolso da quantia despendida pela autora deve ser integral, pois o retorno das partes ao status quo ante é corolário lógico da rescisão contratual, bem como em razão do réu ter assumido uma obrigação de resultado, só podendo exigir o pagamento da parte contrária se tivesse concluído o trabalho para o qual fora contratado.

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"RESPONSABILIDADE CIVIL – Prestação de serviços odontológicos – Laudo pericial que comprovou a falha na prestação do serviço – Rescisão contratual por culpa da ré - Restituição integral dos valores pagos pela autora – Recurso nesta parte improvido. RESPONSABILIDADE CIVIL – Prestação de serviços – Dano moral – Inúmeros transtornos causados à autora – Valor fixado na r. sentença reduzido para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) – Recurso nesta parte provido." (Apelação nº 1003468-72.2014.8.26.0451, 23ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. J. B. Franco de Godói, j. 31/08/2016).

"ERRO ODONTOLÓGICO – Cerceamento de defesa – Inexistência - Má prestação dos serviços – Direito do consumidor à interrupção do tratamento defeituoso com a restituição integral das importâncias pagas - Honorários advocatícios fixados por equidade - Condenação de pequeno valor - Aplicação do § 4º do art. 20 do CPC - Recurso desprovido." (Apelação nº 0021013-55.2010.8.26.0309, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Alcides Leopoldo, j. 18/08/2015).

Diante do exposto, acolho os pedidos e declaro rescindido o contrato, condenando o réu a restituir para a autora a importância de R\$ 9.800,00, com correção monetária a partir de cada desembolso e juros moratórios à taxa legal, contados desde a data da citação inicial.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

**1011224-73.2017.8.26.0566 - lauda 3**

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de maio de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**